

CONTRATO Nº 028/2019

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE ATÍLIO VIÁCQUA-ES E A EMPRESA EMPREENDEMENTOS EM CONSTRUÇÕES JR EIRELI, COM OBJETIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SONDAGEM À PERCUSSÃO SPT PARA RECONHECIMENTO DE SUBSOLO NA EDIFICAÇÃO SEDE DO CRAS (CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL), CONFORME ESPECIFICAÇÕES E CONDIÇÕES CONTIDAS NA NBR 6484:2001 / ABNT, EM ATENDIMENTO À SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

*Dispensa de Licitação Nº 125/2019
Processo Administrativo Nº. 1395/2019*

O **MUNICÍPIO DE ATÍLIO VIVACQUA**, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede na Praça José Valentin Lopes, nº. 02, Centro, Atílio Vivacqua/ES, inscrito no CNPJ sob o nº. 27.165.620/0001-37, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. **JOSEMAR MACHADO FERNANDES**, brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade nº 794.991-SSP/ES, inscrito no CPF sob o nº 930.682.477-72, residente e domiciliado na Rua São Pedro, S/N, Zona Rural, nesta Cidade de Atílio Vivacqua-ES, CEP: 29.490-000, doravante denominado **CONTRATANTE** e de outro lado a Empresa **EMPREENDEMENTOS EM CONSTRUÇÕES JR EIRELI**, Pessoa Jurídica de Direito Privado, com sede na Av. José Florêncio da Silva, 01, São Jorge, Manhuaçu – MG, CEP: 36.900-000, inscrita no CNPJ sob o nº 21.859.967/0001-01, representada por seu administrador, SR. **CARLOS HENRIQUE CARVALHO JUNIOR**, brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade nº. MG-9.067-771, inscrito no CPF sob o nº 044.689.666-70, residente e domiciliado na Rua Dr. José Carlos Pires, 294, Alfa Sul, Manhuaçu - MG, CEP: 36.900-000, doravante denominada **CONTRATADA**, firmam o presente Contrato mediante as seguintes cláusulas e condições que subseguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SONDAGEM À PERCUSSÃO SPT, PARA EXECUÇÃO DE 05 (CINCO) FUROS, INDEPENDENTE DA PROFUNDIDADE, PARA RECONHECIMENTO DE SUBSOLO NA EDIFICAÇÃO SEDE DO CRAS (CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL), CONFORME ESPECIFICAÇÕES E CONDIÇÕES CONTIDAS NA NBR 6484:2001 / ABNT, EM ATENDIMENTO À SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.**

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR

2.1. A CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO, pelos serviços estipulados no presente contrato, o valor de **R\$6.500,00 (seis mil quinhentos reais)**.

2.2. No preço já estão incluídos todos os custos e despesas para o fornecimento do objeto do presente contrato, dentre eles, seguros, impostos e taxas, transportes, alimentação e hospedagem dos funcionários, bem como, demais despesas necessárias à sua perfeita conclusão, que porventura venham a incidir direta ou indiretamente.

2.3. Será admitida a revisão, no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento, desde que, devidamente comprovada.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO

3.1. – O início dos serviços deverá ocorrer imediatamente após o recebimento da Ordem de Serviço pela **CONTRATADA**, expedida pelo órgão competente, após o empenho deste Contrato.

3.2. – O prazo Contratual será de 90 (noventa) dias, a contar da assinatura do Contrato, podendo ser prorrogado, dentro dos limites legais e com as devidas justificativas (21/03/2019 a 19/06/2019).

3.3. – O prazo de Execução será de 30 (trinta) dias, conforme Cronograma de Execução, contados a partir do recebimento pela Contratada, da Ordem de Serviço.

3.4. A rescisão das obrigações decorrentes do presente Contrato se processará de acordo com o que estabelecem os arts. 77, 78 e 79 da Lei nº. 8.666/93.

CLÁUSULA QUARTA – DA FORMA DE PAGAMENTO

4.1. O CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, pelos serviços efetivamente entregues, até o trigésimo dia útil após a apresentação da fatura correspondente devidamente aceita pelo órgão competente, sem emendas ou rasuras.

4.2. Ocorrendo erros na apresentação do documento, o mesmo será devolvido à contratada para correção, ficando estabelecido que o prazo para pagamento será contado a partir da data de apresentação de nova fatura, devidamente corrigida.

4.3. O Contratante poderá deduzir do pagamento, importâncias que a qualquer título lhe forem devidas pela Contratada, em decorrência de inadimplemento contratual.

4.4. A Contratada deverá ainda, mediante ao pagamento, apresentar as documentações descritas abaixo:

1. Certidão Negativa de Débito com as Receitas Federal, Estadual e Municipal (sede da empresa);
2. Certidão Negativa de Débitos com o FGTS;
3. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES

5.1. Compete ao Contratado:

- a) Fornecer mão de obra qualificada;
- b) Proceder a execução do serviço de acordo com as normas da ABNT;
- c) Garantir a confidencialidade de todas as informações e documentos recebidos e relatórios emitidos;
- d) Fornecer laudo da sondagem e ART (Anotação de Responsabilidade Técnica);
- e) Fornecer alimentação e hospedagem para 03 (três) pessoas;
- f) Fornecer transporte dos funcionários da obra ao hotel, e aos demais lugares que se fizerem necessário para a conclusão do objeto deste contrato;
- g) Fornecer mobilização e desmobilização do equipamento;
- h) Proceder a entrega do objeto deste Contrato, com qualidade e atendendo aos prazos estabelecidos na cláusula terceira;
- i) Pagar todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução deste instrumento, como estabelece no artigo 71 da Lei 8.666/93;
- j) Responsabilizar-se pelas demais despesas necessárias para o cumprimento deste contrato;

§1º. A constatação de qualquer procedimento irregular pelo CONTRATADO implicará na retenção dos pagamentos devidos pela PREFEITURA MUNICIPAL, até que seja feita a regularização.

5.2. Compete à Contratante:

- a) Pagar, ao Contratado, o preço estabelecido na Cláusula Segunda e no prazo estabelecido na Cláusula Quarta;
- b) Pagar ao Contratado o preço estabelecido nos termos deste Contrato e designar servidor responsável para acompanhar e fiscalizar a execução do objeto do contrato, sob os aspectos quantitativo, valorativo e qualitativo, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando ao Prefeito oficialmente as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas do CONTRATADO.

CLÁUSULA SEXTA – DA RESCISÃO

6.1. A inexecução do Contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei.

6.2. Constituem motivo para rescisão do Contrato:

- a) O não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações e prazos;
- b) O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações e prazos;
- c) O não cumprimento, ou cumprimento irregular das especificações contidas na NBR 6484:2001 nos procedimentos a serem adotados para uma perfeita conclusão dos serviços objeto deste contrato.
- d) O atraso injustificado na entrega do objeto deste Contrato;
- e) Razões de interesse público de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que se refere o Contrato;
- f) A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO ADITAMENTO E ALTERAÇÃO

7.1. A alteração de quaisquer das disposições estabelecidas neste Contrato somente se reputará válida se tomada nos termos da lei e expressamente em Termo Aditivo, que a este Contrato se aderirá.

7.2. Este Contrato pode ser alterado nos casos previstos no art. 65 da Lei nº 8.666/93, desde que haja interesse da CONTRATANTE, com a apresentação das devidas justificativas.

CLÁUSULA OITAVA – DA PUBLICAÇÃO

8.1. O presente Contrato será publicado, em resumo, Órgão Oficial da Prefeitura Municipal de Atílio Vivácqua e no Diário Oficial do Estado do Espírito Santo, dando-se cumprimento ao disposto na Lei nº. 8.666/93.

CLÁUSULA NONA – DOS RECURSOS

9.1. Os recursos necessários ao pagamento das despesas inerentes a este contrato correrão a conta da dotação orçamentária seguinte:

- **Secretaria Municipal de Assistência Social** – Classificação Funcional 08.244.0018.2.051 – Manutenção das Atividades da Assistência Social – Natureza da Despesa: 3.3.90.39.99 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica – **Ficha: 706** - Fonte 1.540.0000 – Transf. dos Estados Ref. Royalties do Petróleo.

CLAÚSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES

10.1. A CONTRATANTE poderá, garantida a defesa prévia, aplicar sanções administrativas ao CONTRATADO, nos termos dos artigos 86 e 87 da Lei nº 8.666/93;

10.2. A inexecução parcial ou total das condições pactuadas, o erro de execução e o atraso na execução do objeto contratado sujeitarão ao CONTRATADO as seguintes penalidades:

10.2.1. Advertência.

10.2.2. Multa nos seguintes casos:

10.2.2.1. Pelo atraso injustificado na execução do objeto do Contrato, será aplicada multa de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor da parcela inadimplida da obrigação, limitada a 30 (trinta) dias, a partir dos quais será causa de rescisão contratual. Contar-se-á o prazo a partir do término da data fixada para a prestação do serviço, ou após o prazo concedido às correções, quando o objeto estiver em desacordo com as especificações requeridas;

10.2.2.2. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato ou da parcela inadimplida, nos casos de qualquer outra situação de inexecução total ou parcial das obrigações assumidas;

10.2.3. Suspensão temporária de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de até 02 (dois) anos;

10.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, a cargo da Prefeitura Municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o fornecedor ressarcir o CONTRATANTE pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior.

10.3. A critério da CONTRATANTE, as sanções previstas nos subitens 10.2.1, 10.2.3 e 10.2.4 poderão ser aplicadas juntamente com as previstas no subitem 10.2.2, facultada a defesa prévia do CONTRATADO, no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis;

10.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei nº. 8.666, de 1993;

10.5. O CONTRATADO não incorrerá em sanções quando o descumprimento dos prazos estabelecidos resultarem de força maior devidamente comprovada ou por culpa exclusiva da CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

11.1. A execução e fiscalização do presente Contrato serão de responsabilidade da **Secretaria Municipal de Assistência Social**, através de seu Fiscal de Contrato, devidamente designado pelo titular da Secretaria, podendo este ter livre acesso a todos os procedimentos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO

12.1. As partes elegem o Foro da Comarca de Atílio Vivácqua, Estado do Espírito Santo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir as dúvidas que poderão surgir durante a sua execução.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

a) A Execução deste Contrato obedecerá às disposições contidas na Lei 8.666/93, atualizada pela Lei 8.883/94 e demais legislações complementares.

b) O **CONTRATADO** se obriga a manter, durante toda a execução do Contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas no ato da contratação.

E por estarem justos e contratados, assinam o presente em 03 (três) vias de igual teor e forma para que produza seus efeitos legais.

Atílio Vivácqua/ES, 21 de Março de 2019.

JOSEMAR MACHADO FERNANDES

Prefeito Municipal
CONTRATANTE

TESTEMUNHAS:

1. _____
João Victor G. Rocha – Setor de Contratos

GESSILEA DA S. SOBREIRA
Secretária Municipal de Assistência Social

2. _____

MÁRCIA ALMEIDA MIGUEL
Fiscal do Contrato – Assistência Social

EMPREENDIMENTOS EM CONSTRUÇÕES
JR EIRELI
CONTRATADA

**RESUMO DO CONTRATO Nº
028/2019**

*Dispensa de Licitação Nº 125/2019
Processo Administrativo Nº.
1395/2019*

Contratante: Prefeitura Municipal
de Atílio Vivacqua/ES

Contratado: EMPREENDIMENTOS
EM CONSTRUÇÕES JR EIRELI;

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
DE SONDAGEM À PERCUSSÃO SPT,
PARA EXECUÇÃO DE 05 (CINCO)
FUROS, INDEPENDENTE DA
PROFUNDIDADE, PARA
RECONHECIMENTO DE SUBSOLO NA
EDIFICAÇÃO SEDE DO CRAS
(CENTRO DE REFERÊNCIA DE
ASSISTÊNCIA SOCIAL), CONFORME
ESPECIFICAÇÕES E CONDIÇÕES
CONTIDAS NA NBR 6484:2001 /
ABNT, EM ATENDIMENTO À
SECRETARIA MUNICIPAL DE
ASSISTÊNCIA SOCIAL.

Do Valor: R\$6.500,00 (seis mil
quinhentos reais).

Dotação Orçamentária:
Secretaria Municipal de
Assistência Social – Classificação
Funcional 08.244.0018.2.051 –
Manutenção das Atividades da
Assistência Social – Natureza da
Despesa: 3.3.90.39.99 – Outros
Serviços de Terceiros – Pessoa
Jurídica – **Ficha: 706** - Fonte
1.540.0000 – Transf. dos Estados
Ref. Royalties do Petróleo.

Vigência: Contratual: 90 dias -
21/03/2019 a 19/06/2019;
Executório: 30 dias após
recebimento da Ordem de Serviço.
Atílio Vivacqua/ES, 21 de Março de
2019.

JOSEMAR MACHADO FERNANDES
Prefeito Municipal

CERTIDÃO

Certificamos que este ato foi publicado na
forma do Art. 103 da Lei Orgânica do
Município de Atílio Vivacqua/ES.

Atílio Vivacqua, ____/____/____

Servidor Responsável

João Victor Gonçalves da Rocha
Servidor Público Municipal
Matrícula Nº 8.260